

Questão 3) Na educação básica, saltemos a importância de explorar as diversas habilidades e competências dos alunos na compreensão dos conceitos e processos históricos. Os anos de 1945 a 1964 são marcados por uma série de mudanças no pensamento e no comportamento social dado o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a bipolarização da ordem mundial expressa na dicotomia capitalismo versus socialismo. No Brasil, o fim do Estado novo (1937-1945) levou ao restabelecimento da democracia a partir de governos que ficaram conhecidos como populistas até a eclosão do golpe civil-militar de 1964 (FERREIRA, 2003; GOMES, 2000).

No contexto deste período, é possível abordarmos através de letras de música o surgimento da Bossa Nova como expressão artística que deu projeção a cantores como Vinícius de Moraes, Nara Leão, Tom Jobim, entre outros. As canções destes artistas, em essência, mostraram uma calma e estabilidade do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. A introdução do automóvel através da indústria automobilística e das ~~rodovias~~ rodovias também alterou os padrões de consumo da sociedade brasileira graças a uma maior disseminação do transporte privado em detrimento do transporte público ao longo dos anos.

A chegada de produtos importados também foi uma marca do período, onde eletrodomésticos e outros utensílios passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. No âmbito do vestuário, a calça jeans - vista no cinema em filmes do ator James Dean - era sinônimo da moda, assim como os chinelos que vemos até hoje nas docerias e o gel de cabelos. A sociedade brasileira passou a experimentar, nesse período, o chamado consumo de massa tanto em termos políticos quanto culturais (GOMES, 2000).

Nos anos 1960, mudanças nos padrões culturais ocorreram. Uma das expressões do período foi a chamada contra-cultura, onde se pensava na quebra de valores tradicionais e das convenções sociais até então vigentes. Isso se exprimia nas roupas, nos cabelos, na linguagem, nas artes plásticas e na música. O rock ganhava maior projeção com bandas como os Beatles e os Rolling Stones, assim como o uso da guitarra elétrica foi alvo de debates entre os artistas brasileiros, o que evidenciava a ruptura de novas formas de se produzir música no país (RIDENTI, 2015).

Outro direcionamente que poderia ser pensado para o assunto tem a ver com a mudança do papel feminino no período. O pós-Segunda Guerra marcou uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho e, por outro lado, o chamado "baby boom", que promoveu o aumento da população a nível mundial. Com a criação da pílula anti-concepcional nos anos 1960, as mulheres poderiam ter o controle do próprio corpo e optar pela geração de filhos. O movimento feminista, que já lutara pelos direitos políticos e sociais das mulheres, vislumbrou nesta alternativa um meio de projeção da mulher, contribuindo para uma maior liberdade — sobretudo no aspecto sexual. Mostrar o protagonismo feminino e as tensões sociais inerentes ao período apresenta uma série de referências do machismo que até hoje se faz presente na mentalidade social brasileira.

Nesse sentido, evidenciar as rupturas e continuidades do período da República Populista (1945-1964) pode ser um elemento interessante para a desconstrução de certos conceitos e mostrar as novas formas de encarar o mundo naquele momento onde as liberdades democráticas ainda estavam vigentes. O golpe civil-militar de 1964 abriria outras



mudanças em termos políticos e culturais, onde a Bossa Nova daria lugar a favela Guarda, às músicas de protesto contra o autoritarismo e a Tropicália, a qual busca na desconstrução dos padrões vigentes uma forma de expor os problemas nacionais. Analisar as músicas deste período somadas a movimentos sociais crescentes em prol da democracia no país nos abre caminho para abordar as mudanças nos tempos históricos, bem como a continuidade de alguns traços marcantes em nossa sociedade no presente.

A questão é) O Império Ultramarino português era formado por possessões coloniais na África, na Ásia, na América e na Europa, onde se localizava a metrópole. Tais relações, iniciadas no contexto das grandes navegações, mostram a diversidade social, política e cultural destes povos. Inicialmente interessados em extrair bens comercializáveis nestas regiões, o impendimento lusitano nos mostra que as relações entre dominantes e dominados nem sempre foi baseada na imposição e/ou coerção. Alguns autores afirmam que o chamado pacto colonial não era tão rígido de como se vislumbrava. Relações entre espaços coloniais de domínio lusitano eram possíveis, e uma forma destas ocorreu foi a escravidão africana rumo às Américas entre os séculos XV e XIX (LAPA, 1990; FRAGOSO, 2010).

De acordo com Alberto da Costa e Silva, as relações entre Brasil e África foram parte importante na história de seus povos através da colonização europeia. O Atlântico será espaço privilegiado de relações políticas, econômicas e culturais entre Portugal e suas colônias no Atlântico. Como exemplo, a chegada de embaixadas portuguesas a

ruínas africanas como o Congo, expuseram a busca de relações sociais, econômicas e políticas dentre as quais a escravidão era uma delas. Apesar de ser um tipo de trabalho existente na África, a chegada dos europeus deu uma outra abordagem ao tema.

A escravidão moderna teve um caráter comercial, distinto da ideia africana do termo. Para estes, guerras tribais ou dívidas tornaram a pessoa escrava de alguém. Já para os europeus, ser escravo significava ser propriedade de outro homem, ter suas vontades subordinadas ao dono e trabalhar sob coação (DAVIS, 1990). Os captivos de escravos na África passaram a percorrer o interior do continente a fim de trazer o máximo de pessoas que pudessem para o embarque nos portos da Costa dos Escravos, de Benguela e Luanda. Reis, rainhas, sacerdotes: qualquer um poderia ser alvo.

Tal processo permitiu, no lado luso-brasileiro, a gradual substituição da mão de obra indígena pela escravidão africana em algumas regiões da colônia, destacadamente o Nordeste, e posteriormente, o Sudeste. Assim, as bases da colonização luso-brasileira se dava pela comercialização de pessoas escravizadas e de produtos tropicais aos mercados europeus, tendo o Atlântico como rota (ALENCASTRO, 2011).

A travessia atlântica era marcada pelo sofrimento. Milhares de africanos eram amontoados num varco e navio nequiro, e levados a locais como Bahia e Rio de Janeiro, principais portos de desembarque na América lusa. No decorrer da viagem, muitos morriam e eram jogados no mar. Na chegada, os sobreviventes eram registrados a partir dos portos de onde saíram, e que muitas vezes passava a ser parte de sua identificação, como por exemplo, Maria Congo, dando a entender que está vindo do Congo.

Mas, nem sempre o escravo provinha daquela região específica, podendo ter sido capturado em outras paragens, o que desestrutura sua própria identidade. Nos mercados de escravos, eram limpos, alimentados e tratados para venda.

A resistência a escravidão ocorria de variadas formas, indo desde a fuga para quilombos até a destruição de instrumentos de trabalho e o suicídio. Mas, também devemos pensar as negociações entre senhores e escravos como uma das formas para lidar com o sistema. A alforria, ou seja, liberdade ao cativo, poderia ser concedida de várias formas: condicionada a obrigações e/ou morte do senhor, acúmulo de pecúlio para a compra da alforria ou mesmo luta na justiça, expressa pelas ações de liberdade quando a escravização era injusta ou mesmo ilegal (EHALHOB, 1990; REIS, 1989; GRINBERG, 2000; MAMIGO, NIAN, 2017).

No que diz respeito à Ásia, o comércio de especiarias era crucial aos comerciantes portugueses. Produtos de luxo e temperos eram procurados nos mercados europeus e possuíam alto valor. Apesar da diminuição do comércio com o Oriente ao longo do século XVI e a preeminência da América nesse contexto, os estabelecimentos de Goa e Macau continuaram sob domínio português e a implantação do cristianismo nestas regiões esbarrava nas resistências locais, que preservavam suas práticas e divindades (GRUZINSKI, 2013).

Desta forma, podemos dizer que os portugueses se estabeleceram nos quatro cantos do mundo através do estabelecimento de colônias. Ásia, Europa, América e África estavam ligadas a vínculos portugueses, onde a circulação de pessoas e de produtos pelo Atlântico compunha uma das facetas do Império Ultramarino. As relações entre Brasil e África têm sido abordadas mostrando a importância da his-

tória de uma para a outra. Em outras palavras, compreender as relações no vasto Império Ultramarino português requer analisar as conexões, trocas e interesses que circularam pelo Atlântico, onde colônias interagiam entre si e promoviam a circulação de pessoas, bens e ideias numa monarquia pluricontinental entre os séculos XV e XIX.

Questão 1) O contexto dos anos 1940 a 1950 ficou marcado por uma série de questões políticas e sociais. O fim da chamada Era Vargas, em 1945, abriu uma série de lacunas ao trabalhador brasileiro que havia visto muitas de suas demandas atendidas pela consolidação das leis do Trabalho, de 1943. Tal legislação, que normatizava a carteira de trabalho, a jornada de trabalho e outros benefícios era uma demanda oriunda das greves e movimentos organizados pelo movimento operário na Primeira República (1889-1930), as quais o Estado comandado por Vargas atendeu dentro de uma política que punha o trabalhador no centro da vida política: o chamado trabalhismo (GOMES, 1990).

Havia dúvidas se as leis trabalhistas seriam mantidas pelo próximo presidente, o que fez com que os trabalhadores se articulassem dentro do chamado movimento queunista, onde se assumia uma posição pela continuidade de Vargas no poder nas eleições daquele ano. Logo, as leis trabalhistas eram elemento importante de negociação no âmbito político, do qual naquele momento o trabalhador fazia parte (FERREIRA, 2003).

Além disso, outra lacuna existente era a extensão das leis trabalhistas para as zonas rurais do país. Num país onde os poderes locais ainda possuíam força, muitos trabalhadores não possuíam direitos. Nesse interim, as

chamadas brigas camponesas, criadas por Francisco Julião, traziam ao cenário marcado pela ideia de progresso nos anos 1950 um elemento marcante de nossa sociedade: a concentração de terras e de renda. No entanto, os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros não deram uma solução a questão.

ao longo do período ditatorial, a questão da terra não fora solucionada definitivamente apesar da extensão rural promovida ao longo daqueles anos. A extensão de direitos trabalhistas ao âmbito rural era difícil de ser aplicada, mesmo vigorando na prática desde 1963. Ademais, a concentração de terras e renda impedia o trabalhador rural de obter acesso a terra, além de piorar as suas condições de vida no interior do Brasil, contribuindo para o êxodo rural e a consequente desigualdade sócio-econômica das regiões do país (KLEIN, 2014). As chamadas guerrilhas rurais em oposição a ditadura nos "anos de chumbo" contribuíram para a opressão no campo e certa desmobilização dos trabalhadores.

Desta forma, ao final dos anos 1970 e inícios dos anos 1980 surgiu o chamado Movimento dos Sem Terra (MST). Sua proposta era a chamada reforma agrária, ou seja, uma política de redistribuição de terra por parte do aparelho estatal diante da concentração fundiária. A impiedade de grandes extensões de terra que pertenciam a membros da elite do país era uma das causas da luta política na medida em que envolvia uma série de interesses no contexto da realimentação política nos anos 1980.

A Constituição de 1988 aborda uma diversidade de temas para o restabelecimento da democracia, além do direito a terra para comunidades indígenas e quilombolas

é assegurado, sem como a expropriação de terras impro-  
ditivas para fins de reforma agrária.

No entanto, a fragilidade da questão põe em evidên-  
cia as desigualdades entre o campo e a cidade no que  
tange às condições do trabalhador e ao crescimento da  
desigualdade social. A figura do "boia-fria", como popular-  
mente é conhecido o trabalhador das roças brasileiras,  
é representativa do problema da concentração de renda  
e de terras, sobretudo com o advento da produção de  
soja no Mato Grosso.

A reforma agrária no Brasil é um processo lento e  
marcado pelos interesses contrastantes de grandes proprie-  
tários e trabalhadores, os quais muitas vezes recorrem a  
violência para alcançar os objetivos. Num país onde  
"O Agro é pop", as lutas de trabalhadores rurais se veem  
minimizadas, as terras indígenas e quilombolas seguem  
ameaçadas de invasão e a concentração dos recursos  
nas mãos de poucos dissuma a ridícula, a pobreza  
e a desigualdade no interior do Brasil.